

Época Normal

Semestral

☒ 1ª Chamada
☐ 2ª Chamada

Anual

1ª Chamada ☐ 1º Teste
2ª Chamada ☐

☐ 2º Teste

☐ Global

Época Recurso

☐

Época Especial

☐

Exame Especial

☐

Duração: 02 h 00 m

Tolerância: 0 minutos

☒ Com Consulta LEOE (Lei n.º 91/2001)

☐ Sem consulta

Docente: Soraia Marla Gonçalves

Data: 23 / 06 / 2007

Notas:

- Esta prova é constituída por uma **PARTE A**, um Teste de Escolha Múltipla que vale 8 valores e uma **PARTE B** com três questões a valerem 12 valores (4 valores cada).
- Na **PARTE A** responda a **uma e uma só** das alíneas, no enunciado do exame.
- Atenção que se pode pedir a afirmação verdadeira ou a afirmação que **não é** verdadeira.
- Responda a uma e uma só das alíneas seguintes fazendo um círculo em torno da alínea que lhe parece correcta.
- Se se enganar, risque por cima e escreva o círculo noutra alínea que considere correcta.
- Só há **uma** resposta certa. Uma resposta **certa** tem a cotação de 0,5 valores e uma resposta **errada** terá uma cotação negativa de 0,2 valores.
- As respostas às questões da **PARTE B** devem ser dadas nas folhas de exame.
- Não é permitido qualquer contacto com os colegas.
- Não é permitido o uso de telemóveis durante a prova.
- Não são permitidas saídas durante a realização do exame.
- Preencha os cabeçalhos de cada uma das folhas de exame e ponha um elemento identificativo em cima da mesa em local visível.

Bom trabalho!

PARTE A

1. Relativamente às fontes de financiamento das Finanças Públicas temos:
 - a) Receitas que, unicamente, não resultam de uma relação de troca.
 - b) Receitas que não resultam de uma relação de troca e receitas que resultam de uma relação de troca.
 - c) Receitas que não resultam de uma relação de troca e impostos.
 - d) Nenhuma das anteriores.
2. A regra de ouro das Finanças Públicas consiste em:
 - a) Pagamento de despesas correntes com receitas de capital.
 - b) Despesas de capital serem financiadas totalmente por receitas de capital.
 - c) Existência de excedente de capital.
 - d) Despesas de capital serem financiadas parcialmente pelo recurso ao endividamento.
3. Do ponto de vista da autonomia orçamental podemos considerar a existência dos regimes:
 - a) Autonomia administrativa, autonomia administrativa.
 - b) Independência orçamental, autonomia administrativa e autonomia administrativa e financeira.
 - c) Autonomia patrimonial, autonomia de tesouraria e autonomia creditícia.
 - d) Nenhuma das anteriores.
4. O controlo em curso de execução é feito no decurso das seguintes etapas de execução da despesa:
 - a) Liquidação, autorização do pagamento e pagamento.
 - b) Autorização da despesa, autorização do pagamento da despesa e pagamento da despesa.
 - c) Verificação, liquidação e autorização do pagamento.
 - d) Processamento, liquidação e realização.
5. Qual das seguintes afirmações não é verdadeira relativamente ao subsector serviços e fundos autónomos:
 - a) O regime de administração financeira que os caracteriza é o regime de execução regra.
 - b) Podem possuir autonomia administrativa e financeira mesmo que não possuem receitas próprias que cubram 2/3 das suas despesas.
 - c) A sua existência é determinada pela descentralização administrativa.
 - d) Possuem autonomia patrimonial.

6. O Orçamento de Estado Português utiliza os seguintes critérios de orçamentação modernos:
- Orçamentos programa e orçamentos funcionais.
 - Orçamentos funcionais, económicos e orgânicos.
 - Orçamentos programa, funcionais e por actividades.
 - Nenhuma das anteriores.
7. A análise das funções globais do sistema financeiro obriga a uma referência às únicas funções sociais que ao Estado compete prosseguir:
- Provisão de bens públicos e afectação de recursos.
 - Provisão de bens públicos, afectação de recursos e estabilidade económica.
 - Afectação de recursos e redistribuição de riqueza.
 - Nenhuma das anteriores.
8. Qual das seguintes situações consiste numa violação das regras de execução das despesas:
- O facto gerador da despesa deve respeitar as normas legais aplicáveis.
 - No caso de consignação a despesa fica sujeita apenas ao cabimento na rubrica respectiva.
 - A despesa deve ter cabimento na respectiva rubrica.
 - A despesa deve estar inscrita no orçamento.
9. Na teoria da escolha pública o comportamento dos dirigentes da administração pública (burocratas) é *modelizado* como tendo como objectivo principal a:
- Maximização do nível de serviços.
 - Maximização da dimensão do orçamento.
 - Maximização das vendas.
 - Minimização do risco.
10. Qual/Quais das seguintes regras orçamentais não possui/possuem excepções:
- Regra da plenitude e regra da não compensação.
 - Regra da não consignação.
 - Regra da não compensação.
 - Regra da anualidade e regra da plenitude.
11. O Classificador económico das despesas:
- Desagrega as despesas em agrupamentos, subagrupamentos e artigos.
 - Utiliza como distinção fundamental a tipologia de despesas funcionamento/ investimento.
 - Distingue as despesas de acordo com a sua natureza económica.
 - Nenhuma das anteriores.

12. Qual das seguintes afirmações é falsa no âmbito do ciclo orçamental, considerando a data de hoje:
- a) Decorre a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, relativamente à despesa do Orçamento de 2007.
 - b) Decorre a fase do controlo concomitante da despesa do Orçamento de Estado de 2007.
 - c) Decorre a fase de aprovação da Conta do Estado de 2006.
 - d) Nenhuma das anteriores.
13. O Tribunal de Contas na sede está estruturado em 3 secções especializadas, qual das seguintes afirmação é verdadeira:
- a) O âmbito de actuação da 3.ª secção é a fiscalização concomitante e sucessiva.
 - b) O âmbito de actuação da 1.ª secção é a fiscalização prévia.
 - c) O âmbito de actuação da 2.ª secção é a fiscalização prévia.
 - d) O âmbito de actuação da 2.ª secção é a fiscalização concomitante e sucessiva.
14. Relativamente ao subsector Segurança Social diga quais das seguintes afirmações não é verdadeira:
- a) Possui um regime de autonomia especial.
 - b) A gestão da sua tesouraria compete à Direcção Geral do Tesouro.
 - c) O seu financiamento conta com a existência de receitas próprias.
 - d) O seu orçamento é aprovado pela Assembleia da República.
15. No ordenamento português, a existência do período complementar para a execução das despesas refere-se a:
- a) Uma aplicação do sistema do orçamento de exercício.
 - b) Uma violação da regra da anualidade.
 - c) Uma violação do sistema de orçamento de exercício.
 - d) Nenhuma das anteriores.
16. No Orçamento de Estado, os valores das despesas para o subsector Estado na classificação orgânica:
- a) São valores estimados que podem ser transferidos de Ministério para Ministério desde que o montante global da despesa não se altere.
 - b) São valores previstos que só podem ser ultrapassados com outro Orçamento (rectificativo).
 - c) São tectos de despesa que nunca podem ser ultrapassados.
 - d) São valores indicativos.

PARTE B

1. Diga o que entende por Orçamento de Estado, quais os subsectores das Administrações Públicas que engloba e qual o seu conteúdo.
2. Compare o critério do equilíbrio do orçamento corrente e de capital com o critério vigente em Portugal e diga qual considera mais exigente em termos de possibilidade de recurso ao crédito.
3. Admita que durante a respectiva execução orçamental, por sugestão do grupo parlamentar do partido mais votado, o Governo, através de um decreto-lei, resolve efectuar uma inscrição de verbas para fazer face ao pagamento, durante o período orçamental, do chamado “rendimento social de inserção”, destinado a combater situações de pobreza mais acentuada. Pronuncie-se sobre a legalidade deste procedimento.